



**PARTIDO SOCIALISTA EUROPEU
LISBOA, 7-8 DE DEZEMBRO DE 2018**

JUSTA

LIVRE

SUSTENTÁVEL

**A Europa progressista
que queremos**

RESOLUÇÃO



www.pes.eu
www.facebook.com/PES.PSE
www.twitter.com/PES_PSE

#ProgressiveEurope

SOCIEDADES IGUALITÁRIAS:

Economia Progressista

A União Europeia é uma das mais desenvolvidas economias do mundo e é um espaço de maior justiça e equidade. O modelo económico europeu é único. Combina dinamismo económico com proteção social que trouxe prosperidade, integração e coesão. As pessoas, em todo o espaço da União, podem viajar, trabalhar e estudar livremente. Podem negociar e transaccionar, com mais facilidade que nunca. Porém, este modelo que moldou a Europa, está ameaçado e deve ser melhorado ainda mais. A recente crise fragilizou a construção europeia. Revelou falhas que devemos corrigir para que os cidadãos se sintam mais protegidos. No actual contexto, de grandes desafios, de múltiplas transformações sociais, como a globalização, a revolução digital, o avanço tecnológico, as alterações climáticas e a transição energética, somos chamados a cumprir a missão de assegurar a equidade na mudança, para que o progresso tecnológico e económico se traduza também no progresso social.

Queremos avançar para um novo modelo económico focado no progresso social, na igualdade de género, no respeito pelos direitos humanos e no desenvolvimento sustentável, e que no coração traga bem-estar aos cidadãos, em consonância com os Objectivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU. O que significa criar empregos de qualidade, dar condições para que as pequenas e médias empresas, as cooperativas prosperem, que renove a política industrial promovida pela pesquisa e inovação de ponta. Significa alcançar a plena igualdade de género contribuindo com todo o potencial das mulheres, quer no mercado de trabalho, quer em cargos de liderança. O que pressupõe criar um ambiente saudável, com uma estratégia

concreta para o crescimento verde garantindo um futuro sustentável para todos. Em síntese, criar sociedades mais igualitárias e justas, com uma proteção social mais forte e mais abrangente, com uma estratégia de investimento social voltada para o futuro.

Hoje, um dos desafios mais importantes que a Europa enfrenta é o aumento da desigualdade - o alargamento do fosso entre ricos e pobres na sociedade e entre países. Na Europa, 1% dos mais ricos possuem quase um terço da riqueza, enquanto 40% dos mais pobres possuem menos de 1% da riqueza gerada. Na Europa, em 2015, quase 120 milhões de pessoas enfrentavam a pobreza ou a exclusão social, ou seja, quase um quarto de toda a população da União Europeia. Nós, não aceitamos a desigualdade como inevitável. As desigualdades são causadas ou agravadas por decisões políticas específicas da governação económica, dos reguladores do mercado de trabalho, pelos sistemas fiscais e pelo modo como o sector financeiro opera. As desigualdades podem ser superadas, mas são necessárias mudanças e reformas a nível nacional e europeu. Esta será a nossa prioridade: para mudar o que está mal e caminhar na direcção certa de uma sociedade mais próspera e inclusiva.

Queremos mudar a abordagem económica na Europa. As políticas de austeridade colocaram enorme pressão sobre as economias, as sociedades e os governos. Em consequência aumentaram as desigualdades, as taxas de desemprego e de pobreza, fecharam empresas, despediram-se trabalhadores, reduziu-se o poder de compra das famílias e diminui a oferta dos serviços públicos.

Por estas razões temos que por fim às políticas de austeridade. O nosso modelo de crescimento económico combina responsabilidade, flexibilidade e investimento. Estas três dimensões interligam-se e são fundamentais para impulsionar o crescimento e a coesão social. As finanças públicas devem ser geridas com responsabilidade, num duplo sentido: com sustentabilidade e previsibilidade orçamental, para garantir um sistema de segurança social provisionado face a necessidades futuras, sem descurar o investimento em capital humano e nas estruturas sociais. Objectivos não negligenciáveis.

As regras orçamentais e fiscais europeias, no presente, não estão direccionadas para estes objetivos. Os Estados-Membros, em tempo útil, devem ter a flexibilidade necessária para aplicar políticas e fazer reformas coerentes com as carências sociais existentes. Gerir as contas públicas não é só olhar para os números da despesa, é sobretudo ter em conta a qualidade da despesa, sabendo que o crescimento inclusivo tem que ter financiamento sustentado. Infelizmente,

a resposta liberal à crise financeira concentrou-se na estabilidade monetária, em exclusivo, deixando no plano da cosmética, a estabilidade social e política.

Para nós, o crescimento e a prosperidade só podem ser alcançados quando a estabilidade monetária, social e política estiverem garantidas.

A UE deve comprometer-se, a um tempo, com a estabilidade e com o desenvolvimento sustentável. O principal objectivo é garantir prosperidade e bem-estar para todos. A governação económica tem que ser equilibrada. Não é defensável que a política orçamental apenas exija cortes e não olhe a despesa, como motor económico. Hoje a Europa vive uma conjuntura excepcional. As taxas de juros estão propositadamente muito baixas. Com um mix de reformas progressistas, aumento do investimento e apoio da política monetária do BCE, podemos transformar a economia, abrir novas oportunidades de crescimento e desenvolver a fundo as existentes. É uma questão de vontade política!



Queremos uma economia virada para as pessoas. Precisamos de um impulso extra para que os investimentos públicos e privados criem empregos. Concordarmos com o Plano de Investimento para a Europa, uma iniciativa da nossa família política, foi um primeiro passo nessa direção. A Europa deve colocar o investimento social no centro da sua estratégia. A economia deve dar prioridade às políticas que respondam às necessidades da sociedade, que promovam a coesão, a igualdade e o bem-estar.

Apoiamos o investimento público para que as sociedades sejam mais justas, com crescimento económico mais sustentável. Hoje, o investimento ainda está abaixo dos níveis pré-crise. A Europa deve procurar colmatar esta lacuna de investimento. A “regra de ouro” em que o investimento produtivo não conta para o cálculo do défice orçamental deverá ser aplicada. Por exemplo, o investimento num programa para desempregados, motivador do regresso ao trabalho, tem um custo cuja contrapartida são os benefícios sociais para os cidadãos envolvidos, para a economia e para as receitas do orçamento. Em 2016, na UE um em cada cinco jovens com idades entre os 25 e os 29 anos estavam no desemprego, não frequentavam o ensino ou programas de formação. O retorno positivo deste investimento deverá ser reconhecido pela “regra de ouro”.

O apoio ao investimento privado também é necessário. O investimento vai de par com o reforço da integração no mercado único europeu. Uma estratégia de investimento deve concentrar-se na melhoria das estruturas de apoio social, deve elevar o padrão de vida dos cidadãos, deve combater as desigualdades, promover o crescimento justo e sustentável, a coesão e assegurar a transição energética. As empresas, especialmente as PME's e as microempresas, necessitam de acesso ao financiamento. A responsabilidade do investidor é essencial, sobretudo quando o investimento privado recebe apoio público.

Queremos uma economia sustentável. O novo modelo económico da Europa deve combinar progresso social, desenvolvimento económico e estabilidade ambiental, com base nos critérios da Governança Social e Ambiental (ESG, na sigla inglesa). O sector financeiro deve, com

transparência, inovar em produtos que apoiem a transição para uma economia de baixo carbono e melhorem a eficiência económica dos recursos. Mas não é suficiente. Ao nível europeu, são necessários novos instrumentos financeiros verdes que ajudem na transição.

Queremos uma economia que não deixe ninguém para trás. As reformas sociais e económicas dos Estados-Membros têm de ser mais coordenadas para garantir uma convergência interna ascendente, em termos de investimento, produtividade, criação de emprego, salários, fiscalidade e benefícios sociais. Não se trata de compatibilizar políticas para bem da harmonização; trata-se de evitar uma Europa a trabalhar a diferentes velocidades com desigualdades crescentes. Trata-se de impedir o dumping social e fiscal e a transferência de lucros entre Estados. Por conseguinte, é importante definir os objetivos comuns corretos e assegurar ações conjuntas. O desenvolvimento sustentável e a coesão social devem impulsionar esse esforço. Os países da zona euro têm oportunidades específicas e, a este propósito, são desafiados, mas, até hoje, não dispõem de instrumentos adequados para o conseguir. Apelamos a uma profunda e ambiciosa reforma da zona euro para alcançar tais objetivos. Um orçamento para a zona euro deve contribuir para a convergência ascendente. É o caminho certo que devemos seguir para evitar a quebra do investimento, nomeadamente o investimento no social e para apoiar os sistemas nacionais de proteção ao desemprego. O nosso objectivo é reduzir o juro das dívidas públicas, com novos instrumentos mais solidários, de forma sustentável e justa para restaurar a estabilidade financeira e defender modelo social europeu. Devemos aproveitar este impulso para concluir a União Económica e Monetária e otimizar a zona euro.

Nós queremos uma economia justa! Queremos avançar com medidas adicionais para garantir sistemas tributários justos, que promovam a justiça social e dotados dos meios necessários para sustentar o nosso modelo social. A evasão fiscal de empresas, multinacionais, bancos, pessoas jurídicas e indivíduos ricos prejudica as sociedades, distorce o mercado único e impede que os Estados-Membros arrecadem receitas necessárias para sustentar os mais necessitados, para

promover a inovação consistente e a política industrial. Os evasores fiscais fazem aquisições nos países que lhes permitem acumular lucros, o que é imoral e contribui para a perversa concorrência fiscal entre países, com consequências negativas diretas nos contribuintes e nas finanças públicas. Daí o defendermos uma matéria coletável comum consolidada do imposto sobre as sociedades (MCCCS) na Europa.

Os sistemas fiscais devem ser reformados para enquadrar novas formas de comércio, novas fontes de receita e novos serviços. Como cidadãos, reconhecemos que o digital simplificou as nossas vidas, mas devemos ser críticos quanto ao preço que pagamos pela simplificação. Algumas empresas digitais pagam zero ou quase zero de impostos, logo as empresas não digitais e os contribuintes suportam o diferencial, o que desequilibra a receita e agrava as desigualdades sociais. As sociedades estão cada vez mais conectadas e as economias mais evoluídas, mas os sistemas fiscais permanecem desatualizados, só com sistemas fiscais mais justos teremos mais equidade na distribuição do rendimento.

Para resolver o problema da fraude e da elisão fiscais, temos que fortalecer a transparência e a eficiência. Temos de combater as lacunas do mercado interno que conduzem à escolha do foro jurídico mais favorável (fórum shopping), ao dumping social, às empresas de fachada, ao falso trabalho independente, ao desmantelamento da legislação laboral e das normas sociais. Os países devem trocar automaticamente informações relacionadas com a fiscalidade das empresas, responsabilizando quem as dirige e os lucros devem ser cobrados no local em que são gerados. As empresas e os bancos deverão divulgar publicamente o país em que operam e aí, pagar os impostos

correspondentes. Um sistema fiscal único na Europa para calcular o lucro tributável das empresas deverá ser implementado, com o mínimo de burocracia. Temos que estabelecer a lista dos paraísos fiscais, reforçar a fiscalização e impor sanções aos que fogem ao pagamento de impostos, mas também às empresas e agentes que os auxiliam na fraude e na evasão.

Nos últimos anos, muitos escândalos foram denunciados graças aos depoimentos de testemunhas. Os denunciadores precisam de proteção, pois são fundamentais no restabelecimento da justiça fiscal. A UE deve estabelecer padrões elevados para reprimir a evasão fiscal, mas a evasão fiscal é internacional e, para resolvê-la com eficiência, também é necessária uma resposta global. A UE deve apoiar a criação de uma organização internacional, possivelmente no âmbito das Nações Unidas, com vista a promover a justiça social e fiscal à escala mundial.

Queremos uma economia que respeite as pessoas. Queremos proteger os nossos cidadãos das falhas do sector financeiro e, embora tenham sido tomadas medidas muito importantes como a União Bancária, é necessário fazer mais. Garantir a prosperidade não é apenas uma questão de garantir uma governação económica progressista; a estabilidade financeira também é crucial. O aumento da regulamentação e da supervisão do sector financeiro é igualmente importante. Afinal, foi o sector financeiro que causou a crise económica. A União Europeia estabeleceu uma estrutura para monitorizar e resolver os bancos em dificuldade, conferindo garantias para que os depositantes não sejam chamados a pagar a falência dos bancos, mas não é suficiente. Foram os contribuintes que pagaram a fatura da crise financeira. Criaram-se mecanismos, como o Meca-

nismo Europeu de Estabilidade, para apoiar as economias atingidas por crises significativas. É necessária maior regulamentação financeira, maiores garantias que comprometam os bancos a pagar a conta das suas dificuldades e salvaguardas mais fortes para proteção dos depositantes e suas poupanças, independentemente da sua localização. O sector financeiro precisa de mais transparência, mais responsabilização, mais accountability para combater a fraude e a lavagem de dinheiro, para melhor defesa do consumidor. O sector financeiro precisa de ser mais amigável. O acesso a informações e serviços deve chegar a todos. A tributação das transacções financeiras ajudaria a conter a especulação financeira e a garantir que a negociação no mercado de ações contribuísse para a sociedade de forma justa. Estabelecer barreiras protectoras (firewalls) adequados entre a banca comercial e de investimento continua a ser um dos nossos principais objetivos para proteger melhor os cidadãos.

Queremos uma economia que respeite as escolhas democráticas. A accountability e a responsabilidade democráticas são cruciais numa Europa íntegra, quer na formulação de políticas económicas e financeiras, quer nas mais diversas matérias. O diálogo na sociedade deve ser reforçado e sustentado pela democracia no local de trabalho. As instituições europeias devem desempenhar um papel ativo nestes domínios garantindo o seu funcionamento em benefício dos cidadãos. O papel do Parlamento Europeu deve ser reforçado para promover uma responsabilização mais democrática. O Eurogrupo como instituição informal deve estar sujeito a supervisão parlamentar, o seu presidente deve ser membro da Comissão Europeia e responsável perante o Parlamento Europeu.

A União Europeia é o melhor garante de um futuro próspero e com mais equidade para todos os cidadãos europeus. Mudar a política económica e financeira é urgente para alcançar esse objectivo. A política liberal e conservadora da austeridade separou pessoas, afastou regiões e os países divergiram. Para nós, o que importa é avançar para sociedades coesas e iguais.

Para atingir os nossos objetivos progressistas, precisamos de um orçamento da

UE, a longo prazo, para 2021-2027, com ambição e que reflita, de forma clara e positiva, uma visão de futuro para a Europa.

A fim de responder às necessidades, preocupações e expectativas dos cidadãos europeus, a União deve dotar o orçamento dos meios financeiros necessários para fazer face a importantes desafios, para atingir as prioridades e objetivos políticos, ao longo dos próximos sete anos. Não é aceitável enfraquecer as principais políticas de solidariedade da UE através de cortes drásticos. A UE deve cumprir o seu compromisso de implementar o Pilar Europeu dos Direitos Sociais e de estar na vanguarda da realização dos Objectivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU. A integração dos ODS em todas as políticas e iniciativas da UE do próximo orçamento a longo prazo é, por conseguinte, importante. Para enfrentar os novos desafios europeus, são necessários novos recursos próprios para financiar o orçamento da UE, compensando a redução da parcela das atuais contribuições nacionais.

Queremos que a economia cresça para que a todos beneficie. A economia será o motor para as mudanças sociais, industriais e ambientais, que desejamos positivas. O nosso modelo económico oferece flexibilidade para ultrapassar os desafios que temos por diante. Apresenta meios financeiros para opções corretas de investimento. Estabelece um compromisso entre as gerações presentes e futuras.

O Partido Socialista Europeu (PSE) está pronto para enfrentar o desafio de construir uma Europa progressista, coesa e solidária, geradora de prosperidade partilhada. Nesta resolução, concentramo-nos nas nossas prioridades para uma economia progressista e inovadora. Está intimamente relacionada com as outras resoluções e prioridades para este Congresso, que, em conjunto, reafirmam o nosso compromisso e projeto para uma Europa social, uma economia progressista, um ambiente saudável e indústrias modernas, uma verdadeira igualdade de género, um mundo justo, para políticas progressistas de asilo e de migração. No fundo, para uma democracia mais forte na Europa.



Austria SPÖ



Belgium PS



Belgium SPA



Bulgaria BSP



Croatia SDP



Cyprus EDEK



Czech Republic
CSSD



Denmark SD



Estonia SDE



Finland SDP



France PS



Germany SPD



Greece PASOK



Hungary MSZP



Ireland Labour



Italy PD
Partito Democratico



Italy PSI
Partito Socialista



Latvia Saskaņa



Lithuania LSDP



Luxembourg
LSAP



Malta Labour



Netherlands
PvdA



N.Ireland SDLP



Norway LP



Poland UNIA
PRACY



Poland SLD



Portugal PS



Romania PSD



Slovakia SMER



Slovenia SD



Spain PSOE



Sweden SAP



UK Labour

If you have any questions or comments about our work on inequalities,
please contact PES.Women@pes.eu

Follow us on www.facebook.com/pes.pse
and www.twitter.com/pes_pse.

Party of European Socialists (PES)

**10 – 12 Rue Guimard
1040 Brussels
Belgium**

**T +32 2 548 90 80
info@pes.eu
AISBL-BBCE-N 0897.208-032**

This publication received financial support of the European Parliament. Sole liability rests with the author and the European Parliament is not responsible for any use that may be made of the information contained therein. This Brochure was printed on a recycled paper with environmental safe water based inks.

December 2018